

CPI - BARRAGEM SALTO GRANDE

25.06.2019

CPI - BARRAGEM SALTO GRANDE

25.06.2019

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Havendo número regimental, declaro aberta a terceira reunião da comissão parlamentar de inquérito constituída no Ato 45, de 2019, com a finalidade de investigar a real situação da Barragem de Salto Grande, no município de Americana.

Registro, com muito prazer, a presença dos nossos ilustres deputados Adalberto Freitas, Luiz Fernando Teixeira, Rafa Zimbaldi, Cezar, Dirceu Dalben, Marcio Nakashima, e este presidente.

Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Peço dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está concedida a dispensa e aprovada a Ata da reunião anterior.

Pauta de deliberação: Item 1, que é o único requerimento do deputado Rafa Zimbaldi - Requerimento 11, de 2019, que requer a realização de visita técnica à Barragem de Salto Grande, a ser feita pelos deputados membros desta comissão, que serão recepcionados pelo presidente da CPFL Renováveis da cidade de Americana, para o conhecimento das instalações.

Há uma sugestão para o dia 8. Dia 8 está com impossibilidade, já que há também uma solicitação que o presidente seja ouvido nessa visita. É isso, deputado?

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Exatamente, presidente. Foi um contato que nós fizemos com a CPFL, sugerindo a data do dia 8. Nesta data, ouviríamos o presidente da CPFL, mas, logicamente, fica a critério de Vossa Excelência. Se nós aprovarmos também, nada impede de nós reagendarmos a visita, na impossibilidade da maioria dos deputados estarem.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Nós vamos fazer uma consulta à Presidência da Casa, o presidente Cauê Macris, em função da estrutura que teria que ser levada. Não é apenas a visita, que já é muito importante, só dos deputados,

mas em função da nossa assessoria, do pessoal que faz a Ata, da gravação, para ver se há essa possibilidade.

Então, nós vamos votar o requerimento. Dia 8, não acontecerá, será designada uma nova data, e também ver junto ao presidente efetivo da Casa, já que pelo menos, teoricamente, deve ser o mês de recesso. Talvez nesta semana nós votemos a LDO e possamos entrar em recesso, mas dependendo do recesso, como já foi dito, há a possibilidade dessa visita no mês de julho.

Está em discussão o requerimento do deputado Rafa Zimbaldi. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Os favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Eu queria sugerir ao deputado Rafa Zimbaldi e a esta Presidência que, nessa visita ao local e nessa estada junto com o presidente da CPFL Renováveis, que ele possa já também encaminhar alguns documentos, por exemplo, se existem laudos que atestem a segurança da barragem ou não, e demais documentos que possam ser úteis a esta comissão, que a gente possa tomar conhecimento já nessa visita lá.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Se me permite, presidente, respondendo ao deputado Luiz Fernando, nós já solicitamos isso também, deputado Luiz Fernando, e que toda a documentação, no dia da nossa visita, estará à disposição da comissão. Então, já foi solicitado isso em contato, diretamente, com a CPFL.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Eu queria solicitar aos deputados, assim que terminarmos esta reunião, que aqui, rapidamente, nesta mesa mesmo, entre nós, aqueles que possam ficar, a gente já agendasse uma outra data. Eu vou até o presidente, gostaria de convidá-los aqui, aqueles que puderem, o deputado Rafa, que é autor do requerimento, ir até o presidente efetivo da Casa.

Às 15 horas, tem o Colégio de Líderes. Antes do Colégio, para que a gente tire aí essa deliberação da possibilidade ou não de levar a equipe e já definir essa data. Então, após o término, rapidamente, aqueles que puderem aqui ficar, uma data que seja compatível a todos. Não sei se alguns já têm o período de viagem, pessoas que não estarão fora, mas quanto mais deputados puderem comparecer, seria importante.

Nós temos hoje duas oitivas. Aliás, eu já agradeço a presença dos nossos dois convidados, que é promotor de Justiça de Americana, Dr. Ivan Carneiro Castanheiro, e o prefeito do município de Sumaré, Luiz Alfredo Castro Ruzza Dalben. Os dois estão presentes. Peço ao promotor de justiça Dr. Ivan Carneiro Castanheiro que tome assento aqui à mesa, para que ele possa começar a ser ouvido pelos deputados.

Eu abro aqui a lista de inscrição dos Srs. Deputados que queiram perguntar ao nosso promotor. Estão inscritos o deputado Dalben e o deputado Cezar. (Pausa.)

Dr. Ivan, esta CPI agradece a sua atenção. Quando nós propusemos a CPI... Na verdade, ele é promotor de Americana, mas nós somos moradores da mesma cidade. O Dr. Ivan nos ligou, inclusive, já se colocando à disposição de vir até a Assembleia Legislativa. Então, apenas uma apresentação rápida do senhor. A partir daí, a gente abre, então, para as perguntas dos deputados que já estão inscritos.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Boa tarde a todos. Deputado Roberto Morais, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa e os Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, dizer que é uma honra estar aqui nesta Casa, novamente. Passamos aqui algumas vezes, já na época que coordenávamos a área de Habitação e Urbanismo, enfim, alguns eventos. Respeito muito esta Casa e tenho recebido aqui o melhor tratamento possível, de maneira que é um prazer estar aqui novamente, em nome do Ministério Público e tratando de um assunto do maior interesse, que é essa questão das barragens.

Já de início, eu gostaria de prestar um esclarecimento. O nosso trabalho em relação à barragem, ele se inicia no momento em que há aquela notícia alarmista, veiculada por um canal de televisão, do risco de inundação, de que Piracicaba e Limeira sumiriam do mapa se houvesse um rompimento etc.

Instauramos, tínhamos ali um inquérito civil que apurava a questão da barragem e continua apurando - talvez esse, sim - um problema bem mais grave do que a questão da segurança da barragem, que é a questão da qualidade dos corpos hídricos da represa de Salto Grande, uma vez que os municípios que a poluem são municípios de montante, municípios da Região Metropolitana de Campinas, que, inclusive, acabam causando ali a eutrofização e a formação de algas no curso d'água, com problemas graves para efeito de abastecimento público, de vida aquática.

Há até uma suspeita de que o empuxo, ou seja, a aproximação, a pressão dessas algas que perfaziam, em agosto de 2018, nada mais nada menos que 275, cobriam 275 hectares de lâmina d'água, hoje já reduzido, graças a ações de remoções mecânicas, que existiam anteriormente a 2018, e agora foi suspenso. Houve essa ampliação, e agora retornou essa atividade de remoção por parte da CPFL Renováveis, que é a concessionária; a controladora ser uma empresa chamada Jaeditia.

Então, o Ministério Público já apurava a questão da qualidade da água, e é uma preocupação muito grande, porque envolve esses 19 municípios e envolve uma solução entre Governo do Estado, via Região Metropolitana de Campinas. Começamos, então, a apurar essa questão da segurança da barragem neste mesmo inquérito e, ante as especificidades, desmembramos os inquéritos.

Agora, em fevereiro de 2019, instauramos um outro inquérito - 2/2019 - para apurar três questões específicas: segurança da barragem; a falta de licenciamento ambiental, isso tramita na Cetesb há três anos e não conseguimos caminhar; e a questão da outorga, que seria a concessão de uso dessa água, dessa intervenção, para efeito de geração de energia elétrica por parte do DAEE. Então, esse inquérito tem esses três trâmites, essas três vertentes.

Eu trouxe aqui um dos assistentes técnicos de promotoria, o André Buono, que fez, inclusive, vistorias e que está elaborando um laudo mais complementar. Eu tenho aqui um laudo preliminar, um parecer, melhor dizendo, preliminar, elaborado por uma equipe multidisciplinar, além do Dr. André, outros assistentes técnicos de promotoria. Depois, eu posso passar às mãos do deputado, assim como a íntegra do nosso inquérito. Esta, eu não consegui, por falta de tempo hábil, salvar em CD, mas posso passar para a assessoria. Eu o tenho no computador.

São cinco volumes de inquéritos que apuram os detalhes desses três aspectos: o risco da barragem, que eu já adianto que, provavelmente, não haverá mais problemas; a questão da outorga; e a questão do licenciamento. A questão da qualidade da água é um outro inquérito civil, mas é uma situação que acho que mereceria muita atenção também desta Casa, e fica uma sugestão para a gente discutir agora ou num outro momento essa conversa, de maneira que acho que, numa apresentação muito rápida, seriam essas questões, com um acréscimo de que, além de promotor de justiça de Americana, onde eu sou titular desde 2010, eu represento aqui também o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente, o Gaema PCJ Piracicaba, que responde por 21 municípios

da região, dentre eles Americana, Santa Bárbara, Limeira, que é a outra cidade citada na questão da barragem, Piracicaba e outros municípios menores.

Essa questão da barragem é uma questão de aspecto regional e, por isso, está a cargo do Gaema. Eu fiquei exclusivamente no Gaema de 2012 a 2018. Agora, retornei para Americana, mas também acumulo minhas funções no Gaema. Então, aqui eu estou na qualidade de promotor de justiça de Americana, que é onde está instalada a barragem, ali eu sou titular da área de Meio Ambiente, Habitação e Consumidor, mas também na qualidade de membro do Gaema, com quem eu trabalho em conjunto, com a Dra. Alexandra Faccioli Martins, que está em período de férias e por isso não pôde atender à convocação desta Casa.

Aliás, esse inquérito a que eu me referi, esse 2/2019, é da presidência dela, eu não tenho todos os detalhes, procurei me inteirar no pouco tempo que tive; enquanto aquele outro da qualidade da água, esse, sim, está sob a minha presidência. Eram essas as considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - O primeiro deputado inscrito é o vice-presidente da comissão, deputado Dirceu Dalben.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Muito boa tarde a todos, senhores e senhoras aqui presentes, Srs. Deputados, quero aqui, sempre agradecendo a Deus em primeiro lugar, agradecer a presença do nosso colaborador nesta CPI, Dr. Ivan Carneiro Castanheiro, a quem nós temos a honra de receber aqui, e ao ilustríssimo prefeito de Sumaré, Luiz Alfredo Castro Ruzza Dalben.

Dr. Ivan, o senhor, na sua fala inicial, já colocou alguns esclarecimentos, principalmente na área da sua atuação, que já dispensam uma das minhas perguntas, já antecipando. O senhor falou da motivação da portaria do inquérito civil, mas eu gostaria de retomar o assunto, só para deixar aqui mais esclarecido. Qual realmente foi a motivação para a instauração do inquérito civil público - Portaria 141093, de 2019? Se é esse que está na presidência do senhor ou de colega.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Este de 2019 está na presidência da Dra. Alexandra Faccioly Martins.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Está certo. O senhor tem alguma informação que gostaria de acrescentar com relação a esse ou não?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Sim. Este inquérito, como eu relatei inicialmente, nós fizemos uma série de indagações a todos os órgãos gestores, então, o DAEE, que atua em conjunto com a Agência Nacional de Águas, com a ANA, e tem a delegação para fazer as outorgas a respeito; a ANEEL, por ser ali um barramento gerador de energia elétrica; a CPFL que, segundo os órgãos gestores, tanto federais como estaduais, ficaria responsável por toda a questão do controle da qualidade da água, o que a gente discorda um pouco, mas podemos conversar isso melhor depois.

Então, a ANA, o DAEE, a própria CPFL, que consta como investigada, a ANEEL, o Ibama, inclusive, porque parte desse trecho do rio é federal. Fizemos vários questionamentos. Posso deixar a portaria à disposição também dos senhores. Além disso, fizemos, então, essa visita técnica, acompanhada dessa equipe multidisciplinar.

Solicitamos aí uma série de informações à CPFL e a esses órgãos, que estão em andamento. O parecer está em elaboração. Eventualmente, eu posso adiantar alguns pontos, mas ainda não temos a conclusão desse parecer. Assim que fui convidado por esta Casa, fiz um contato com o Dr. André para ver se era possível agilizar, mas são questões muito complexas e volumosas.

Não tivemos ainda este parecer definitivo, mas acho que podemos contribuir com toda essa documentação e, de repente, dispensar uma duplicidade de pedidos, fornecendo a íntegra em meio digital.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Muito obrigado, doutor. Seguindo aqui, vou procurar ser sucinto, até para dar oportunidade para os colegas também. O senhor falou sobre o licenciamento, sobre a Agência Nacional de Águas e o DAEE. Quero fazer aqui um pedido de informação, se o senhor puder compartilhar: quem é o responsável pelo licenciamento da usina? O senhor tem conhecimento se existe o licenciamento dessa usina ativo, hoje?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Não, infelizmente não. Na época da constituição da usina, da construção, que foi de 1940 a 49, não havia a obrigatoriedade do licenciamento ambiental. Aqui eu faço só uma distinção da outorga -

que é a interferência do curso d'água para fazer o barramento e gerar a energia e os múltiplos usos dos recursos hídricos - do licenciamento.

Falando especificamente do licenciamento ambiental, assim que assumimos o Gaema em 2012, fazia parte da nossa meta, inclusive da proposta à Procuradoria-Geral de Justiça, a preocupação com a represa de Salto Grande, que estava e está num alto grau de poluição, que recebe contribuições de 19 municípios ao montante, dentre eles 11 com maior grau de contribuição para carga orgânica. Carga orgânica essa que gerava eutrofização, que não é só um problema visual, de paisagismo. É um problema que gera um problema de qualidade de água.

Uma vez que essa matéria orgânica se decompõe, há uma concorrência em relação ao consumo de oxigênio, concorrência com a vida aquática, problemas no abastecimento público, porque demanda um tratamento mais acurado, mais caro e até com possibilidades cancerígenas. Houve até possibilidade de intervenção no curso d'água.

O licenciamento é algo fundamental, porque vai definir não só regras operativas, mas vai definir a questão do assoreamento, vai definir as questões relativas à recuperação da área de preservação permanente, da possibilidade ou não de instalação de novos empreendimentos industriais e comerciais no entorno e a montante.

São questões fundamentais a nosso ver para que a represa seja efetivamente recuperada. Os órgãos têm respondido que a questão “segurança” está separada do licenciamento, o que nós discordamos, como eu disse na fala inicial, uma vez que a gestão de recursos hídricos, nos termos do Art. 30 da Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei nº 9.433, de 1997, deve ser feita de forma integrada.

E aqui no estado de São Paulo hoje, na gestão do atual governo, você tem acima a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que hoje uniu o DAEE e Cetesb no mesmo órgão. Eu não vejo por que nós não nos preocuparmos em fazer essa gestão integrada e garantir para efeitos inclusive dessa regra operativa de maior ou menor vazão do curso d'água, levar em consideração as questões ambientais também.

Até porque se eu não exijo um manejo e o uso adequado do entorno dessa represa com curvas de nível, com estruturação para manejo de solo, eu tenho um assoreamento desse curso d'água, eu tenho um menor volume de armazenamento.

Se eu não tenho recuperação, eu nunca vou ter a chance de usar isso como um reservatório para efeitos de abastecimento público no momento em que estamos com crise nos recursos hídricos. Essa questão da represa de Salto Grande eu tenho um

inquérito, que é o outro do nº 211, que tem mais de 20 volumes, eu não vou me lembrar ao certo, mas que é muito complexo e que vai precisar de uma intervenção política; não tem sido suficiente a intervenção do Ministério Público. Tenho participado de várias audiências públicas; fui ao Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana, onde estavam presentes os 21 prefeitos e 21 representantes do estado; foi instalada uma comissão.

Infelizmente, na Secretária Executiva agora em janeiro houve alteração. Recentemente, foi nomeado um novo secretário executivo, mas temos a informação de que enquanto não for composta a equipe, essas coisas não andariam.

Estamos desde 2014/2015 parados nesses aspectos, que são por demais importantes, além, obviamente, da questão da segurança, que é o objeto da CPI, mas que eu adianto que parece que a situação está equacionada.

Acho que seria importante aproveitarmos as luzes nesse momento e fica uma ousada sugestão a V. Exas., talvez um aditamento desta CPI, que ajudaria muito a região na recuperação da qualidade da água, incluindo essa questão da qualidade da água.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Sr. Promotor, Dr. Ivan, o senhor saberia informar se está sendo feita a manutenção adequada da barragem e se existe geração de energia ou se ela está inativa? E se isso também é um dos fatos - se gera energia ou se não gera energia - que aumenta a poluição?

Porque não está tendo uma oxigenação, além de todo esse complexo de poluição que vem não só das cidades do entorno da região metropolitana, como o senhor mesmo explicou, como de todas as outras regiões que deságuam nos rios Atibaia, Jaguari, que fazem lá a passagem por essa barragem que compõe o Rio Piracicaba.

E que se em caso de não houver risco de a barragem romper, mas se houver, o senhor conhece, já tomou conhecimento, já informaram no inquérito para o senhor, se tem um plano de segurança de contenção na barragem?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Antes da sua resposta, Dr. Ivan, o senhor me permite, o deputado Ricardo Madalena, membro efetivo desta CPI, gostaria de tomar assento à mesa também. Obrigado, deputado, pela presença.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Começando pela questão da segurança da barragem. Nesta vistoria que fizemos e em contato direto com os técnicos, não se detectaram sinais de vazamento, sinais de má conservação. Pelo contrário, a barragem está sólida, construída sobre um terreno rochoso. As ombreiras, tanto do lado direito, como do esquerdo, não demonstram problemas.

Possivelmente o nosso parecer técnico do nosso corpo técnico ministerial virá com sugestões para que haja uma melhor instrumentalização nesse monitoramento de laterais, porque muitas vezes, quando a estrutura central do barramento é adequada, a crista está toda ok, não há sinais de vazamento, e ali você percebe uma sedimentação de lodo, etc., sem umidade, sem indícios de vazamento no corpo central, os riscos que poderiam ocorrer são vazamentos pelas laterais, pelas ombreiras e ali talvez pudesse haver um monitoramento mais profundo com piezômetros, etc. Porque é uma região que se houver movimentação de solo, de repente ela se rompe de uma vez e aí o solo vai erodir e a água vai vir com todas as forças pelas laterais.

Até inclusive você tem ali a casa de máquinas central, que se o vazamento for pela ombreira esquerda não teria problema, mas pela ombreira direita invadiria a própria central de controle, que hoje é feita muito mais em Jundiaí do que especificamente em Americana, mas é prevista a transferência de controle em situações específicas, que aí a própria CPFL poderia explicar melhor. Eu não tenho esse domínio técnico para dizer com mais precisão.

Mas a preocupação central - segurança da barragem -, como eu havia adiantado, hoje ela praticamente deixa de existir na visão do Ministério Público. Primeiro, porque eu trago documentos inclusive que a própria Aneel, agora, em abril de 2019, reclassifica de categoria A para categoria B, que significaria médio risco.

Ela é considerada de “alto risco” do ponto de vista do dano potencial à vida humana, porque existem ocupações e municípios a jusante da barragem, para baixo da barragem, e ela é considerada de “baixo risco” do ponto de vista da segurança.

Inclusive porque a comporta dois, que era uma comporta central que dava o escoamento superficial da água, estava emperrada nessa avaliação feita em 2016 e aí feita essa reforma e reavaliada, isso caiu para a categoria “baixo”, que na média é “alta” para danos potenciais à vida humana, não porque haveria problema estrutural da barragem, mas porque os municípios estão abaixo.

E do ponto de vista “baixo”, do ponto de vista estrutural, na média, na ponderação, ficaria um risco “médio”. E aí teremos que partir para outros aspectos do

plano de segurança de barragem, que incluiria a questão relativa ao PAE - Plano de Ação Emergencial.

O PAE que vai ter rotas de fuga; se é auto salvamento e as pessoas nas proximidades têm que se virar; ou se é uma região ZSS - Zona de Segurança Secundária - que possa haver então o aviso das Defesas Civas. Essas Defesas Civas têm que ser comunicadas desse Plano de Ação Emergencial.

Eu tenho que ter ali problemas de sirenes para que haja essa sinalização sonora para poder avisar a população para um rápido escoamento, treinamento dessas pessoas...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Isso não existe hoje?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Existe o plano, essa questão está em análise por parte do nosso corpo técnico se é ou não adequado, se está ou não adequado, mas a verdade é que na visita que fizemos, esse PAE estava em instalação. Tivemos notícia pela imprensa - que eu recortei inclusive e coloquei no jornal - que essa parte de sinalização e tal já foi implantada.

A nosso ver e a priori, não é uma afirmação, mas talvez o próximo passo seria o treinamento dessas pessoas para que possa haver uma rápida evacuação. De qualquer forma, nos preocupa que essa zona de inundação marginal em relação à Piracicaba poderia haver inundação de partes da Rua do Porto.

Há uma preocupação grande que esse plano atinja, em relação ao PAE, que faz parte do Plano de Segurança de Barragem como um todo, aspectos adequados para a região.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Só para concluir, Sr. Presidente, ilustre Dr. Ivan, nosso procurador convidado, houve uma classificação num determinado momento e agora recentemente houve uma melhoria nessa classificação.

Para encerrar por momento a minha participação, Sr. Presidente, só gostaria que o Dr. Ivan comentasse com a gente, como o senhor já citou algo que já foi feito, se realmente a concessionária fez algum investimento nesse período que melhorou, além da reforma na comporta, aspectos de segurança para essa mudança de classificação na ótica do Ministério Público.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Ainda com essa ressalva de que nós não concluímos os trabalhos e que, portanto, é difícil ter uma posição conclusiva, o que a gente pôde perceber é que houve uma preocupação da concessionária em fazer essa reforma mesmo antes dos fatos virem a público, tanto que ela fez essa reforma e ficou aguardando essa reclassificação.

A questão do PAE - Plano de Ação Emergencial - me parece que foi efetuada, houve uma agilização desse PAE a partir do momento em que houve essas notícias de risco. Então, me parece que o investimento maior estaria neste PAE. A concessionária tem uma preocupação nítida, porque há uma pressão muito grande da população americanense em relação àquela questão da alga, porque a represa, que já foi uma represa onde havia balneabilidade, hoje está praticamente inutilizada e era um cartão postal de Americana.

Foi contratado lá pela empresa um “hidrotractor”; ela fez um estudo do plano de manejo das macrófitas. Não deveria a nosso ver ter suspenso a remoção mecânica, que era justamente cortar com trator, empurrar até a margem, carregar um caminhão e fazer uma destinação adequada para um aterro sanitário.

Isso não tem acontecido; tem ficado num terreno da própria empresa, o que a gente já vê como irregular, mas de qualquer forma é necessário se registrar por uma questão de lealdade que houve uma agilização muito grande nessa remoção mecânica e visualmente já se percebe uma melhora na lâmina da água da represa, o que precisa ser adequado, e aí a importância do licenciamento, porque eu também não posso remover toda a macrófita porque ela tem uma função de filtração de poluição. Então, se eu tenho uma remoção total dessa macrófita, eu posso ter um problema de cianobactérias que aumentam.

É uma questão bastante delicada e acho que a intervenção desta Casa inclusive e nós tivemos algumas gestões já até com a Presidência da Cetesb conclamando para que haja uma agilização nesse processo de licenciamento ambiental para que essas regras fiquem mais claras e possamos de fato ter uma represa com uso múltiplo de recursos, quer para turismo, que hoje está praticamente morto, e aí possa haver a exploração da energia.

Uma pergunta que eu acho que ficou sem resposta, estou me lembrando disso agora: o senhor me perguntou dessa questão da operação. Ela não está em operação. Existe uma norma que, se houver uma vazão afluyente, ou seja, a chegada na represa de até 20 metros cúbicos, poderia haver uma vazão defluente de até 20 metros cúbicos.

Fora disso, ela teria que funcionar como se fosse uma pequena central hidrelétrica - PCH - fio d'água, ou seja, eu só posso liberar a jusante aquilo de água que entra a montante.

Claro que no momento em que eu tenho um tempo de trânsito da água entre a chegada na represa e a saída, quanto menor for esse tempo de trânsito, quanto mais tempo a água ficar parada, a alga surge justamente por isso, porque essa água é um ambiente lento. Tecnicamente, é denominado de ambiente lântico; e a água quando tem fluência rápida, de ambiente lótico. Nesse ambiente lântico, o acúmulo de fósforo e nitrogênio, que são a carga orgânica que gera a alga, só acontece porque os municípios de montante não têm um tratamento terciário, principalmente aqueles 11 aos quais fiz referência no começo, que é o tratamento “top”, o tratamento de última geração hoje.

Atualmente, só uma estação está prevista para fazer o tratamento, a estação da Sanasa em Campinas, mas que a gente tem feito gestões junto à Atibaia, tentativa em Paulínia e para que a própria Campinas através de outra estação, a Anhumas, faça esse tratamento terciário, que é a remoção de fósforo e nitrogênio, porque com isso eu vou diminuir o aporte de sedimentos na represa e aos poucos ela vai começar a se recuperar.

Hoje, com a represa parada, a meu ver, o ambiente se torna mais lântico e mais propício àquela proliferação de algas que o senhor havia me perguntado.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Só para concluir, a destinação das algas hoje, o conhecimento que o senhor tem é de que ela está ficando em torno do local em que é retirada na própria represa, é isso?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Isso, ela está sendo depositada no terreno ao fundo da própria central hidrelétrica, que é inadequado.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Eu agradeço, Sr. Presidente, a participação e as respostas claras, objetivas, do nosso convidado, o nosso promotor do Gaema, Ivan Carneiro Castanheiro, e quero dar oportunidade para os demais colegas fazerem as perguntas. Se eventualmente houver necessidade, no final eu tenho outras questões, mas eu acredito que os colegas irão fazê-las.

Mas eu quero só reforçar a fala do Dr. Ivan com relação à questão do tratamento dos esgotos. Realmente nós temos uma dificuldade grande na região metropolitana. Não só, deputado Adalberto, da questão do esgoto produzido por domicílios, mas também

industrial. Nós temos vários rios, ribeirões, que cortam as cidades das regiões metropolitanas e o nível de poluição é muito grande.

E muitas vezes as próprias concessionárias ou as próprias prefeituras por dificuldades não têm cumprido um plano de ação que estabeleceu até 2020 fazer uma ação para termos essa situação resolvida e tem situações que estão paralisadas há tempos, descumprindo até acordos com o Ministério Público.

Nós temos um ribeirão que corta Sumaré, que é o Ribeirão Quilombo e que, infelizmente, a cada dia que passa a gente recebe mais cargas poluentes e de municípios a jusante, a montante, por conta de que não é só Campinas, não é só Paulínia, não é só Hortolândia, não é só Sumaré.

É uma situação que vem e se não tiver uma ação firme de parceria encabeçada pelo Governo do Estado junto com os municípios, junto com as concessionárias, com apoio do Ministério Público, do Gaema, isso vai acabar ficando no esquecimento.

E principalmente as concessionárias, que são grandes parceiras e que podem investir e principalmente as que detêm os serviços de concessão de departamento de água e esgoto dos municípios.

Começando pela Sabesp e pela Odebrecht, entre outras, a própria Sanasa, em Campinas, que acredito que tenham que ter uma intermediação desta Casa, aproveitando esta CPI, a boa vontade do Dr. Ivan, no sentido de agilizar políticas, no sentido dessas ações saírem do papel e realmente nós termos uma qualidade da água melhor. Eu agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade e aguardo à disposição.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Muito obrigado ao deputado Dirceu Dalben, vice-presidente desta Comissão. O próximo deputado inscrito é o deputado Cezar.

O SR. CEZAR - PSDB - Presidente Roberto Moraes, os deputados, o promotor público, Dr. Ivan, a todos que estão aqui, boa tarde.

Dr. Ivan Carneiro Castanheiro, o senhor sabe que esta CPI foi montada para o rompimento da barragem. A Band fez essa reportagem e o nosso presidente montou uma CPI pensando no rompimento da barragem. A real situação da barragem, o senhor falou agora: não vai ser rompida. De forma alguma ameaça nem Limeira e nem Piracicaba. O senhor está esvaziando a nossa CPI, mas criando outra, a do Saneamento Básico, porque depois do que o senhor falou, nós só vamos mandar o seu relatório para

a Band para ela corrigir o que o promotor público da região está falando, que lá nem daqui a 100 anos haverá rompimento.

Mesmo porque as barragens nossas são feitas de granito, de concreto, ferro e aço, não é, promotor? As algas, promotor, o que eu queria que o senhor nos deixasse mais conscientes, é por que a CPFL não consegue a outorga lá no local? Por que não se sentam os municípios, a CPFL, e fazem uma cooperativa?

Porque está virando um imenso manancial lá ou, na linguagem popular, uma fossa imensa. O senhor, como é do Meio Ambiente, sabe disso. E as algas que fazem o peso na água são retiradas, mas como o senhor falou, é necessária a alga lá? Qual é a quantidade?

Quem sabe qual é a quantidade da retirada delas e a quantidade que tem que ficar? Outra pergunta: quando chove na cabeceira, quem aciona a comporta? Porque na minha cidade há uma sirene que é tocada. Toda vez que a chuva é intensa a sirene toca, porque senão leva a nossa ponte embora. A água atinge um nível, é acusada na barragem e eles a fecham.

Essas são as minhas perguntas, promotor público, e o senhor já me tirou uma dúvida grande: a barragem não oferece perigo nem para Limeira e nem para Piracicaba.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Perfeito. Deputado Cezar, em primeiro lugar, agradeço as perguntas e as observações a respeito do nosso trabalho. Eu começaria dizendo a respeito da questão da natureza construtiva da barragem, no caso específico.

A gente não pode de maneira alguma confundir ou se preocupar. Essas barragens de reservatório hídrico para efeito de geração de energia e outros múltiplos usos, quer para abastecimento, que no caso não é cogitável no curto e nem médio prazo, tamanho o grau de poluição da represa, mas que deve sim ser pensado como uma fonte de abastecimento para o futuro por meio de uma política desde já.

Essa barragem de rejeito que rompeu em Mariana, que é outro processo construtivo, por alteamento, não é uma barragem de concreto como é essa que está estruturada e que não demonstra requisitos de rompimento. Eu não diria quantos anos exatamente ela vai durar, mas ela já está lá há mais de 50 anos, há cerca de 60 anos, e está firme.

Está aparentemente bem conservada, foi isso pelo menos o que os técnicos passaram e eu como leigo pude constatar visualmente na visita que fiz em conjunto com eles.

A questão a respeito da outorga: a outorga vai definir exatamente as regras operativas. Quanto que eu vou precisar de água? E aí o senhor me possibilita reconsiderar de novo a importância do licenciamento ambiental, que tem que ser integrado com a outorga. Outorga, DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica, que vai definir qual é a vazão de montante, de jusante, o que pode ser liberado; enquanto a Cetesb, do ponto de vista da vida aquática, do ponto de vista da qualidade da água. Tem que haver um trabalho conjunto e é justamente disso que a gente se ressente, dessa falta de integração, dessa demora desse licenciamento ambiental. A gente sabe que esses órgãos estão desestruturados.

Recentemente, eu não participei desse trabalho, mas participei apenas de uma pequena parte, mas o Ministério Público está com uma investigação geral sobre todas as barragens do estado e a conclusão que se chega é que o DAEE, que é o responsável pela fiscalização dessas autorizações e do adequado uso, da adequada conservação, não tem nem mesmo cadastradas as barragens como um todo no estado.

Se eu não tenho o cadastro, se eu não tenho a situação de cada uma delas, eu não tenho como fazer uma exigência adequada, a revisão quinquenal desses planos de segurança de barragens, adequações dos planos de ações emergenciais. É urgente que tanto o DAEE, como a Cetesb, sejam reestruturados do ponto de vista humano, do ponto de vista da melhor tecnologia, para fazerem face a essa demanda.

No estado de São Paulo, o problema é menos de mineração; é mais de recursos hídricos, mas não quer dizer que tenhamos um diagnóstico absolutamente seguro. Em princípio, o grau das nossas barragens é um grau “médio” de risco. Não é nada alarmante, mas não é nada que possamos nos descurar. E é essa outorga e esse licenciamento que vão definir exatamente isso que o senhor perguntou.

Quantos por cento eu vou deixar de alga para que ela tenha uma função de equilíbrio ambiental, de sustentabilidade entre a vida aquática, que faça o seu papel de filtro de poluição, e em que momento ela passa do limite? A gente tem ouvido falar empiricamente em um terço. Eu não poderia chegar lá hoje e limpar aqueles 275 hectares porque eu desequilibraria de uma maneira oposta. Mas qual é o nível adequado? É algo que o licenciamento ambiental teria de responder. Teoricamente, eu tenho ouvido alguns especialistas, fala-se em um terço, um pouco menos talvez.

Sobre o acionamento das comportas, há um monitoramento por parte da CPFL e eu só gostaria de registrar também por uma questão de honestidade intelectual, etc.: não tenho procuração para defender a CPFL e nem quero, mas fomos muito bem recebidos, disponibilizados todos os dados. Inclusive um pedido que fizemos que está em fase de análise, que é uma situação delicada inclusive, que é a questão da zona de inundação, porque pode implicar em influência de mercado imobiliário, etc., foi cedido. Até porque entendemos que era uma questão de transparência, questão legal mesmo, obrigação de se tornar claro, mas foi cedido amigavelmente sem necessidade de ingressar com ações. Tudo que temos pedido em termos de informações tem vindo.

Trata-se de uma empresa séria que está buscando se adequar à legislação, porque quando da edição da norma, não era ainda exigível esse licenciamento ambiental. E a rigor, é até uma discussão jurídica agora, é até onde iria ou não a responsabilidade da CPFL.

Em nossa opinião, ela tem, porque respondendo uma das últimas perguntas do deputado Dirceu Dalben, se não houvesse o represamento, aquela lentidão da água, não teria alga, não estaríamos tendo problema.

Então, de certa forma a CPFL é a responsável. Por outro lado, ela também não pode pagar pelo não tratamento de esgoto de montante. Por isso que eu digo: é uma questão muito complexa e que eu gostaria de dizer que eu sou um estudioso da parte de Habitação e Urbanismo, até já andei escrevendo umas coisas sobre isso.

O Estatuto da Metrópole, que é uma lei de 2015, a Lei nº 13.089, passou a fazer a gestão de Saneamento Básico e a isso nós precisamos nos atentar. Eu não tenho visto os gestores públicos, Srs. Deputados, fazendo essa gestão. Hoje, o Saneamento deixou de ser responsabilidade dos municípios sozinhos.

Hoje, o Saneamento, pela nova lei federal - e já era no estado de São Paulo desde 2014 -, deve ser compartilhado nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, como é o caso de Piracicaba, e região metropolitana, como é o caso de Campinas, entre estado e município, meio a meio. Tem até uma decisão do Supremo Tribunal Federal num caso do Rio de Janeiro.

Hoje, concessão de esgoto, concessão de água, concessão de resíduos, nesses 19 municípios da RMC ou na aglomeração, jamais deve ser feita só pelo município, jamais devem ser decididos novos empreendimentos só pelos municípios. E a lei diz claramente: essa questão de tratamento de esgoto deve ser compartilhada.

Por isso que eu digo que o apoio político dos senhores seria muito importante para a gente encarar nessa coletividade, porque Americana... Eu tive a oportunidade, inclusive, de travar um debate até acalorado com o prefeito, nada obstante, me dei bem com ele, mas “ah, você está me cobrando muito”. O prefeito de Americana. “Você está me cobrando muito, tal, o senhor tem que ver a responsabilidade dos outros municípios”. Tenho mesmo. Eu concordo, e estou cobrando, tanto que estive lá na RNC e tudo mais.

Agora, Americana também tem que fazer sua parte, e Americana tem um tratamento ruim, por uma série de razões e tal, e todos os municípios, a rigor, hoje, você tem, pela legislação estadual, uma condição de tratamento de até 80%, que você cumpre a legislação. Na nossa bacia... É isso que nós estamos buscando junto à Cetesb, e aí também para fazer justiça... A Cetesb fez um estudo específico que está para nos apresentar nos próximos dias, definindo quais os trechos da região metropolitana, dessa água que contribui para a represa de Salto Grande, quais são os trechos críticos de qualidade de água, que mereciam aquele tratamento avançado, que é o tratamento terciário, para que não haja um gasto desnecessário, invista onde não precisa e deixe de investir onde precisaria.

Então, com esse estudo, o Ministério Público terá condições de exigir, por exemplo, de Paulínia, que trata os 80%, que cumpriu as disposições da ação civil pública movida pelo Ministério Público, mas que não é suficiente, porque 80% não vai impedir a eutrofização, que é essa formação de alga do reservatório, e uma série de outros municípios, Campinas e tal.

Sem esse elemento técnico, a gente não consegue chegar lá, e aí a Cetesb, a exemplo do DAEE, está mal aparelhada do ponto de vista de funcionários, com poucos funcionários. Mal aparelhada nesse ponto. Qualidade excelente, mas poucos servidores, e que precisa se reestruturar urgentemente, porque o Meio Ambiente nosso está...

Esse é só um dos casos graves que temos. Acho que... Não sei se consegui responder...

O SR. CEZAR - PSDB - Minha última pergunta. O senhor responde com segurança, com sabedoria, conhecedor do caso, e deu aí aos deputados uma chance grande de montar o tratamento de esgoto lá. Se é o município e o estado, aí a divisão ficou melhor, a CPFL também. Então, ficou prático para todo mundo.

Agora, uma pergunta, promotor. Se a outorga sair, ainda há jeito de ter turismo lá, mesmo a CPFL usando como barragem lá para a energia? Ainda é possível o turismo?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Sim, sem dúvida. Aliás, a gente ouviu relatos de moradores de Americana de que há poucos anos havia turismo, e a CPFL está lá desde 48. Existe a represa lá desde 48, muitos outros municípios no estado, onde não há o grau de poluição que existe na região, você tem uma exploração - por isso que eu me referi no começo - de múltiplos usos das águas. Elas servem para energia, elas servem para navegação, elas servem para recreação, até de contato direto, para outras espécies de turismo, pesca.

Uma época eu tive que instaurar um inquérito civil e pedir análise do Instituto Adolfo Lutz, porque havia um risco à Saúde Pública, uma vez que o pescado dali era comercializado na região como um todo, inclusive em Campinas. Então, o resultado não foi alarmante do ponto de vista da contaminação do peixe, mas é uma situação em que está proibido expressamente o contato direto. As pessoas não conseguem nadar. Há uma série de placas no entorno do reservatório.

Para um lugar que foi turístico, que era um ponto de atração, a Praia dos Namorados, para Americana isso é muito ruim. Ela está pagando um preço, está pagando um pato de um tratamento de esgoto que não acontece também nos municípios de montante, e que hoje deixou de ser um problema isolado dos municípios para ser um problema estadual, com base no estatuto da metrópole.

O SR. CEZAR - PSDB - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Obrigado, deputado Cezar. Saudar aqui o querido Marcos Martins, sempre deputado, presente nesta audiência.

Próximo deputado inscrito, deputado Rafa Zimbaldi, que é o relator da comissão. Antes dele, justificar aqui a saída do Ricardo Madalena, já que daqui a pouco acontece uma reunião conjunta de várias comissões, entre elas a Comissão de Transportes, que ele preside, com a presença do secretário, Dr. Baldy, da qual o deputado Rafa também irá participar, o Luiz Fernando também, e eu, terminando, irei também. O Adalberto também? O Adalberto também.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Sr. Presidente, Dr. Ivan Carneiro, Srs. Deputados, peço desculpas da minha saída logo no início da fala do senhor. É que o deputado Itamar Borges chamou para que nós pudéssemos abrir a Comissão de Agricultura, porque o Dr. Gustavo Junqueira, nosso secretário de Agricultura, estava aí e não tinha quorum. Então tive que sair correndo e então perdi o início da fala do senhor, mas agradeço a oportunidade de conhecê-lo. Só... Desculpa, às vezes, se eu estiver sendo ignorante, até por falta de conhecimento, Dr. Ivan.

O senhor disse que nós temos três inquéritos abertos, correto?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Dois.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Um é da qualidade da água e o outro da questão de Segurança. É isso?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Segurança junto com a outorga e licença, porque a segurança passa por regras operativas e por regras ambientais. Se eu tenho um reservatório mais cheio ou mais vazio, isso tudo influencia em todos os outros aspectos.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Correto. O senhor disse que o senhor, junto com outros técnicos do Ministério Público, esteve presente na barragem, fazendo uma visita. Essa visita foi uma visita técnica?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Técnica.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - E que constatou a segurança da barragem?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Ainda não tivemos esse laudo oficializado, por uma série de informações, mas os dados preliminares e as análises visuais demonstram isso. Inclusive, houve aí uma amostra do próprio cimento, são os modelos de amostras tiradas da barragem, em que não há nenhum sinal de umidade, nenhum sinal de... São os cartuchos testemunhos, se eu não me engano.

Tivemos a oportunidade de ver lá, presencialmente, lá na sala onde fomos recepcionados, nenhum sinal de vazamento, de umidade, que indicasse possibilidade de rompimento da barragem.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Dr. Ivan, e tem perspectiva de término desse laudo por parte do Ministério Público?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Acho que depende de algumas informações que ainda temos que receber e processar. Temos uma série de outros casos. Não saberia dizer exatamente, mas não há... Um prazo certo eu não tenho condições de lhe dar.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Não tem um prazo determinado?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Não, ainda não.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Porque seria importante nós... O deputado Cezar acho que foi muito feliz aí na questão do esvaziamento da comissão, porque a comissão, ela foi exatamente apresentada pela questão da segurança, por uma matéria que foi apresentada no jornal da Band. Isso causou uma preocupação muito grande, não só dos deputados, mas da população no entorno, e o deputado Roberto Moraes, sabiamente, até pela preocupação de ter algumas cidades que seriam varridas do mapa, que foi esse o termo usado pela matéria...

Isso nos causou preocupação, então seria importante se nós tivémos acesso o mais rápido possível, logicamente, dentro das condições técnicas do Ministério Público. Ter acesso a esse laudo seria muito importante. Porque aí, superando a questão da segurança, alivia bem as costas do relator aqui, até para que nós possamos apresentar o relatório.

A questão dos aguapés. Vossa Excelência diz que estão sendo removidos, que a CPFL está removendo.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Remoção mecânica.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Remoção mecânica. Isso é uma solução, hoje, paliativa. Nós teríamos uma solução mais perene para que esse problema seja resolvido? Vossa Excelência disse aqui que existe participação de V. Exa. em outras comissões. Foi montado um grupo de trabalho referente à questão ambiental. Qual é a proposta do Ministério Público?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Pela ordem, deputado Adalberto.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Sr. Presidente, vou pedir licença para me retirar, porque eu tenho que estar em uma outra comissão.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Muito obrigado pela presença.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Deputado Rafa Zimbaldi, em primeiro lugar, agradeço sinceramente às perguntas, que me propiciam a possibilidade de ampliar um assunto que tem me tomado, seguramente, a maior parte do meu tempo, não só como promotor do Gaema, mas promotor de Americana. Essa questão da represa é, de fato, bastante grave e muito complexa.

Então, eu começo justamente por essa questão. Trata-se de uma questão complexa, que vai demandar uma composição política, porque tem implicações urbanísticas do uso e ocupação do solo, rurais, porque você tem ali uma região muito canavieira, muito agrícola, que você tem problemas de manejo de solo assoreando, mais problemas de agrotóxico, problemas de fertilizantes, que contribuem com a carga de fósforo, que ativa a eutrofização.

Então, nós estamos falando de um problema de esgoto, porque é a principal. São as fontes estacionárias, são as ETEs, as Estações de Tratamento de Esgoto, que precisam urgentemente, nessas decisões de municípios, especialmente... Ou, principalmente, nos maiores, talvez uns cinco ou seis, para não haver um desperdício de recursos, investir, atirar com uma 12 quando eu poderia resolver com uma 765, falando historicamente. Saindo da comparação do futebol para ir para outra área.

Então, às vezes, você vai gastar muito desnecessariamente. Esse estudo da Cetesb a que eu me referi agora há pouco, justamente fazendo uma análise da carga orgânica por trechos do rio, que nada mais é do que a classificação legal de uma resolução Conama, a 357, em que você tem rio hoje classe especial, classe um, classe dois, classe três e classe quatro.

Classe quatro, aí esquece, navegação e paisagismo de longe, porque de perto já não dá para ver. Está certo? A três e a dois permitem abastecimento público, a um é uma classe de excelência, a especial praticamente não precisamos nem de... É uma coloração simples e é suficiente para beber.

Então, nossos rios da região, infelizmente, são classificados como dois, mas, na prática, se existisse cinco - só existem quatro -, seriam cinco. O trecho de Piracicaba é lamentável, porque você junta toda a poluição do Rio Jaguari com a do Rio Atibaia com do Quilombo, que foi mencionado aqui agora há pouco, que é um esgoto a céu aberto, principalmente nesta época, é uma água fétida. Então, é um dos maiores problemas, que a represa só agrava, porque vira aquele ambiente lântico que eu falava agora há pouco. Não sei se o senhor estava aí quando eu comentei essa parte.

Então, essa questão do tratamento envolve questões urbanísticas, ambientais, sociais, porque permitiria uma exploração turística maior, permitiria a implantação de novas indústrias, novos empreendimentos, porque quanto mais baixa a classe do rio, maior a qualidade da água e maior a restrição para novos empreendimentos.

Então, em uma época do ano, assim que eu entrei no Gaema, a gente conseguiu impedir que o comitê de bacias reclassificasse o Piracicaba de dois para três. Seria muito cômodo do ponto de vista da gestão, porque permitiria mais empresas, a instalação de outras indústrias, mas seria um regresso, um retrocesso, porque eu lavava as mãos e impediria de recuperar o corpo d'água, de acordo com o decreto estadual de 1977.

Então, essa é a grande briga, por isso que eu tenho insistido aqui que a questão hoje, por mais que eu acabe - aliás, felizmente, eu diria, não é? - meio que esvaziando o objetivo da comissão, que era questão de segurança, mas, felizmente, esse problema talvez não haja, não no nível que aquela reportagem sensacionalista trouxe.

Isso me traz, inclusive, a oportunidade de dizer que a primeira coisa que eu fiz foi consultar informalmente meus técnicos e outros, estranhos. A primeira está muito fora, inclusive, do leito do córrego, do curso d'água. Nenhuma chance de isso acontecer.

A questão da remoção, que o senhor me perguntava também. Das algas. Hoje, existe o chamado hidrotractor, que é uma tecnologia nova que rende bastante, corta aqueles blocos de alga e empurra para a margem. Não deveria carregar para os fundos da empresa CPFL, que é o que está acontecendo, por uma questão de custo. Deveria levar para um aterro sanitário. Isso seria o adequado, ou uma parte compostagem. Aí há uma discussão muito grande se esse sedimento está contaminado ou não, e se ele pode ser utilizado para efeitos agrícolas, para efeitos de reflorestamento, para efeitos de camada asfáltica, eventualmente.

Então, é uma questão que vai bastante... Por isso que eu insisto, tudo isso passa por um plano de manejo da represa como todo, de licenciamento e tudo mais. Está certo? Mas, de qualquer forma, não vai varrer do mapa. Está certo? Nós discutimos uma outra questão, que eu só me vejo na obrigação de dizer aqui.

Fizemos uma recomendação à Cetesb, que acabou desatendida, mas temos a informação da CPFL de ontem, da superintendente jurídica, que está aqui, inclusive, presente, que a CPFL não vai fazer o vertimento das macrófitas, porque a Cetesb chegou a autorizar que houvesse uma liberação dessas macrófitas. Ao invés de fazer a remoção mecânica, caminhão por caminhão, liberaria rio abaixo.

Nós temos um laudo, inclusive, do DAE, Departamento de Água e Esgoto de Americana, que haveria o risco de obstrução da captação de água para Americana, que já enfrenta problema hídrico e aí eu teria um problema de paisagismo para a Rua do Porto, para o próprio minipantanal paulista, que é a região do Tanquã, inclusive, recentemente criada uma unidade de conservação ali na região. O deputado Roberto Moraes, que é da região, sabe bem disso. Inclusive, com problemas, inclusive com possibilidade de chegar essa contaminação da Represa de Barra Bonita, embora isso seja polêmico, mas é uma possibilidade.

Então, com base no princípio da prevenção, fomos contra. Houve o acatamento dessa informação preliminar, vai haver um aprofundamento na investigação, e isso não aconteceria. Quanto à questão do laudo, deputado, de fato, eu até trocava aqui uma informação visual. Não temos um prazo final. Temos todo o interesse na agilização desse trabalho. Ainda não há uma data prevista, mas no começo da minha fala, eu reitero aqui, a íntegra do inquérito, que tem informações técnicas importantes de outros órgãos, hoje em cinco volumes, eu posso disponibilizar aqui, se alguém tiver um pen drive. Salvo no meu computador. Eu não tive tempo de trazer diretamente, mas disponibilizo isso aos senhores.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Se puder mandar para nossa assessoria, da Assembleia, para fazer parte do nosso relatório.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Perfeito, assim como eu oferecerei a cópia, já passo já, a cópia da portaria, do inquérito, o parecer preliminar do André e das demais equipes, e ofereço também um artigo que eu e a Dra. Alexandra Faccioli Martins publicamos na revista Conjur, o Consultor Jurídico. Chama-se “Barragens, uma breve reflexão sobre os desafios para uma maior cultura de segurança e gestão de recursos hídricos”. Foi publicado em maio e talvez auxilie em alguma coisa.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Peço a palavra, Sr. Presidente. Um aparte do deputado...

Queria saudar o promotor, Dr. Ivan. Queria pedir as minhas escusas, porque nós temos hoje agora uma outra comissão, nós estamos ouvindo o secretário de Transportes. Então, eu preciso sair para me adiantar, e queria parabenizar só o promotor, por conta de ter agido, pelo cuidado vosso.

O deputado Roberto, quando me procurou, ainda no mandato anterior, muito preocupado por aquela matéria, como o senhor disse, sensacionalista, que deixou todo mundo em polvorosa. Ele rapidamente correu os gabinetes em busca das assinaturas para a criação da CPI, mas, assim como deputado Cezar coloca, acho que com essa visita que a gente deve fazer lá, e com laudos que nos prometeram, que atestem a segurança, de fato, acho que o senhor mata essa CPI, mas é importante essa preocupação que o senhor traz em relação à questão do saneamento básico, mas queria parabenizar o Ministério Público e agradecer ao Rafa o aparte.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Deputado, se V. Exa. me permite, muito rapidamente. Eu reitero, muito apaixonadamente, mas também tecnicamente, esse apelo para esta Casa pensar no ponto de vista da CPI da qualidade da água, do saneamento como um todo, como responsabilidade, e até gestões, talvez políticas, junto à Agemcamp, para que aquele trabalho, por uma comissão formada a meu pedido, na época, possa efetivamente se desenvolver e encontrar as soluções.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Obrigado, deputado Luiz Fernando. Deputado Rafa concluiu?

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Não, Sr. Presidente. Rapidamente, se me permite, eu também vou precisar me ausentar por conta de que eu irei presidir a vinda do secretário de Transportes Metropolitanos agora às 14 horas e 30 minutos. Nós faremos Comissão de Assuntos Metropolitanos, Comissão de Infraestrutura e Comissão de Transportes.

O senhor falou aqui sobre a questão do licenciamento. O senhor tem informação de que a CPFL está na tentativa de regularizar? Em que pé que está? O senhor tem acompanhado toda essa questão?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Sim. A CPFL protocolizou, salvo engano, em novembro de 2015. Dá mais ou menos três anos e meio tramitando esse pedido de licenciamento junto à Cetesb, o que consideramos, assim, bastante excessivo, sabendo dos problemas também de falta de funcionário, que eu mencionei aqui várias vezes, mas não é razoável que em uma região tão problemática você tenha dificuldades no licenciamento a esse ponto.

Houve recentemente um pedido de exigências complementares, que a CPFL nos informou que estaria atendendo, esses dados complementares, para que esse licenciamento possa caminhar.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Correto. Qual o nível de responsabilidade da CPFL na questão da despoluição?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Nós entendemos, até por uma questão de nexos, de causalidade e de direito ambiental... Você tem aí princípios de prevenção, precaução e de responsabilidade objetiva. Se não existisse a barragem, não existia a poluição. A poluição não é causada pela barragem, mas o ambiente lântico, o represamento da água é um ambiente propício para que os nutrientes, ferro e nitrogênio, que é o que provoca a eutrofização... Está certo? Esses ambientes concentrados em uma represa proliferam com uma rapidez muito grande.

Então, como a CPFL é a gestora da represa, a exploração econômica dessa região também propicia a poluição. Não é a única, repito, nós temos problema também no uso

e manejo de solo com fertilizante, com agrotóxico, com falta de APP, com assoreamento da represa, mas a existência da represa lá é uma das causas da eutrofização e, portanto, a CPFL, na cadeia de causalidade, também seria responsável pela despoluição. Esse é o posicionamento do Ministério Público.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Sr. Presidente, para terminar, eu acho que seria importante se nós pudéssemos ter acesso a todos os inquéritos existentes lá no Ministério Público. Não sei se esse tem alguma coisa em sigilo, mas...

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Nenhuma. Eu tenho um inquérito de 26 volumes, que é o da qualidade da água, que é esse que eu estou insistindo com os senhores, e da Dra. Alexandra, esse da segurança, que é mais diretamente envolvido com a CPI, e que eu posso deixar cópia já com a assessoria hoje ainda.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Perfeito. E aí, depois, eu gostaria de dar sequência com V. Exa., e eu acho que pode ser do interesse de outros deputados. O senhor sabe quantos municípios descarregam esgoto lá? O senhor tem essa notação? O Ministério Público?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Basicamente, onze municípios. A região metropolitana é formada por 19, mas na calha do Rio Atibaia, que é o rio onde se forma a represa... Não é? Na foz do Atibaia é onde se forma a represa que está em Americana. São onze municípios.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Esses onze municípios estão na região metropolitana?

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Sim.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Depois, Sr. Presidente, não sei se aqui seria o local adequado para isso, ou se, de repente, se o Dr. Ivan se dispuser a colaborar na Comissão de Assuntos Metropolitanos... Nós fazemos um grupo de trabalho, já que eu sou presidente da Comissão de Assuntos Metropolitanos.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Então, Rafa, a missão está dada já.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Eu não sei, porque, de repente eu acho que... Eu vi, inclusive, um vídeo de V. Exa., Dr. Ivan, falando um pouquinho do fundo dos direitos difusos, que tem inclusive recursos para serem investidos. Então, de repente, nós, juntos, em uma pressão política aí, junto com outros deputados da região metropolitana, com o próprio Roberto, que ali está no aglomerado de Piracicaba. Nós, dentro de uma pressão política junto com os prefeitos, junto aqui no Governo do Estado, e aí uma participação efetiva do Ministério Público.

Porque hoje a problemática dos municípios, não só eu que tenho essa visão, mas todos os deputados sabem que a situação dos municípios hoje é de penúria. O problema financeiro hoje, para investimentos, é terrível. Então, se nós tivermos aí a vontade política e nós tivermos onde buscar recursos para fazer esses investimentos em saneamento básico, acho que é importante, até para ajudar aí nesse processo, e eu acho que isso será um ganho muito grande para a nossa região, para a região metropolitana, e, com certeza, de qualidade de vida para toda a população.

O SR. IVAN CARNEIRO CASTANHEIRO - Perfeito. O senhor fez menção aí à questão do fundo, não é? Eu faço parte, sou um dos dez conselheiros do Conselho Federal de Direitos Difusos. Ele é projetado lá não pelo Ministério Público, mas pelo Instituto Planeta Verde, Direito por um Planeta Verde. Então, enquanto sociedade civil, não enquanto membro do Ministério Público, mas esse fundo, para o ano anterior, estava com 720 milhões para investir em projetos do Brasil inteiro. Certamente ele não vai fazer nem cócegas para as demandas que nós temos, mas, de repente, um projeto, não um projeto construtivo, não de execução, mas um projeto de concepção de algum trabalho poderia eventualmente ser financiado por esse CFDD, o Conselho Federal de Direitos Difusos.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Perfeito, Dr. Ivan. Obrigado. Obrigado ao deputado Roberto. Eu não sei se nós conseguiremos trazer outro deputado aqui para manter o quorum, para que eu possa presidir a Comissão de Assuntos Metropolitanos.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Pela ordem, deputado Dirceu Dalben.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Até para a gente adiantar e resolver a questão do quorum aqui e das outras comissões, dadas as informações do nosso promotor, Dr. Ivan, e consultando o nosso convidado, o prefeito Luiz Dalben, eu ia sugerir dispensar a fala do prefeito Luiz Dalben e aí, se nenhum deputado tiver mais alguma pergunta ao Dr. Ivan, nós já estaríamos encerrando com a Vossa Presidência e resolvendo a questão de quorum, não só aqui, como nas outras comissões.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Quero, inclusive, agradecer a atenção do Luiz Dalben, que veio de Sumaré e já conversou conosco, inclusive. Teoricamente, esta é a última semana do semestre. Então, são três comissões que foram convocadas para ouvir o secretário de Transportes e Logística do estado de São Paulo, e todos os deputados que fazem parte das demais comissões que estão acontecendo neste momento.

Então, eu agradeço a sua vinda. Nós vamos reagendar. Agradeço aqui a participação. A questão básica foi essa, que não há, realmente, esse risco de rompimento da represa. A CPI continua, porque nós temos ainda pessoas para serem ouvidas e, como eu disse, nós falaremos com o presidente da Casa hoje para agendar essa ida até a cidade de Americana.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSB - Aliás, presidente, se me permite. Na nossa visita à barragem, se o doutor estiver à disposição, para que nos acompanhe, eu acho que seria importante.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MORAIS - PPS - Dr. Ivan, muito obrigado pela sua locomoção de Americana até aqui. Dr. André Bueno, parabéns pela troca de olhares. Rapidamente se entenderam. Um olhou para o outro e já viu, na pergunta que foi feita... Imediatamente já veio a resposta. Muito obrigado pela sua vinda a São Paulo e os esclarecimentos aqui.

SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA

Eu agradeço aqui aos deputados Adalberto Freitas, Luiz Fernando Teixeira, deputado Rafa Zimbaldi, deputado Cezar, Dirceu Dalben, Ricardo Madalena, Marcos, o deputado Márcio Nakashima, que fazem parte desta comissão.

Nada havendo a mais tratar, nós damos por encerrada a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *